

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO VERDE – MG, REALIZADA NO DIA 23 (VINTE E TRÊS) DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS, NO HORÁRIO DAS DEZENOVE HORAS.**

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, no horário das dezenove horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal, situado a Praça São Francisco de Assis, nº 07, desta cidade, sob a Presidência da Vereadora Maísa Renata Batista Gianini, e Secretariada pelo Vereador Primeiro-Secretário, Pedro Sérgio Aparecido, reuniu-se a Câmara Municipal de Cabo Verde, em caráter Ordinário, devidamente convocada na forma regimental, com presença verificada dos Senhores(as)Vereadores(as): João Paulo de Moraes, Liamara Pereira Castello Branco, Lucas Guilherme da Silva, Luiz Carlos Ribeiro, Maísa Renata Batista Gianini e ausência dos Vereadores: Marcos Alexandre da Silva, Pedro Sérgio Aparecido, José Maria Messias por viagem a Brasília e ausência do Vereador Juscelino Tereza devidamente justificada. Em seguida, a Sra. Presidente solicita ao Vereador Luiz Carlos Ribeiro que proceda a leitura de um texto bíblico, para abençoar esta Sessão Legislativa. Iniciada a Reunião, a Sra. Presidente cumprimenta todos os presentes, e agradece a presença de todos nesta Reunião Ordinária desta Legislatura 2025/2028. Salienta que neste momento faremos uma singela homenagem ao Sr. **José Claro Júnior**, carinhosamente conhecido como “**Zé Claro**”, em reconhecimento ao gesto de coragem, sensibilidade humana e espírito comunitário demonstrados no encontro da Sra. Ana, fato que marcou profundamente a comunidade caboverdense e trouxe alívio a todos que acompanharam, com apreensão, aqueles momentos de angústia. No dia 18 de janeiro do corrente ano, por volta das 17 horas, Dona Ana saiu de sua residência com destino à igreja e não mais retornou. As horas avançaram e, diante da ausência de notícias, familiares iniciaram buscas que se estenderam por toda a noite, marcada por chuva intensa, frio e profunda apreensão. A dor e o desespero tomaram conta da família e de toda a comunidade, que se uniu em oração e solidariedade, na esperança de um desfecho positivo. Na manhã do dia 19, a mobilização coletiva ganhou força. Moradores, amigos e voluntários passaram a cooperar como podiam. O Corpo de Bombeiros foi acionado para reforçar as buscas. Por volta das 13h30, porém, a esperança transformou-se em alegria. O Sr. José Claro Júnior enviou vídeo informando ter localizado Dona Ana em área de mata. A cena tocou profundamente a todos: Dona Ana, descalça, serena, sentada e brincando com uma folha. Posteriormente, “Zé Claro” relatou que a senhora compartilhou ter passado a noite de forma tranquila e agradável, mesmo diante das adversidades da chuva e do frio que tanto afligiram familiares e moradores. A atitude do Sr. José Claro Júnior representa mais do que um ato individual de bravura. Revela sensibilidade, empatia, preparo e, sobretudo, amor ao próximo. Seu conhecimento das matas, aliado à disposição em agir e colaborar, foi determinante para o desfecho feliz do episódio, transformando um momento de dor e incerteza em uma memória de esperança e união. Assim, esta Casa Legislativa manifesta público reconhecimento ao

homenageado e, em sua pessoa, estende agradecimento a todos que participaram das buscas, seja por meio da presença física, do apoio logístico, do uso de tecnologias ou das orações que sustentaram a fé e a esperança da família e da comunidade. Diante do exposto, a Câmara Municipal de Cabo Verde/MG registra votos de estima, gratidão e admiração ao Sr. José Claro Júnior, cujo gesto permanecerá como exemplo de coragem, humanidade e amor ao próximo, valores que engrandecem o Município e inspiram toda a comunidade. Convida a Vereadora Liamara Pereira Castello Branco para entregar uma lembrança ao nosso homenageado nesta Casa Legislativa. Convida também o senhor Vitor, a senhora Ana (resgatada pelo Sr. José Claro) e a Sra. Cleide (filha do casa) para adentrarem ao Plenário e diz: Cleide, naquele momento de desespero, perto da minha casa, você perdeu até a sola do sapato. Sentada em minha cozinha, você me disse que Deus devolveria sua mãe, com vida ou sem vida, mas que você saberia entregá-la naquele momento. Deus foi misericordioso conosco. Graças a Deus, Zé Claro estava ali, com seu conhecimento, coragem e bravura para entrar naquelas matas e encontrar dona Ana, que esteve protegida pelo Espírito Santo durante toda a noite, sem machucados ou ataques de animais. Parabéns, Zé Claro. Que Deus continue abençoando você, sua família, sua mãe que está aqui conosco, sua esposa, sua sogra, seu filho e todos os familiares da dona Ana. Uma salva de palmas a todos. De uso da palavra o Sr. **José Claro Júnior diz:** Fico até sem palavras, muito lisonjeado. Quero agradecer primeiramente a todos os vereadores por terem lembrado de mim e, principalmente, agradecer pelo fato de dona Ana estar aqui com saúde. Se acontecer novamente, seja em Cabo Verde ou em qualquer lugar da região, tudo o que eu puder fazer, estarei disposto a ajudar. Não há muito o que dizer: fizemos o que precisava ser feito. Confesso que não imaginava este reconhecimento, mas recebo com gratidão e de coração. Muito obrigado a todos vocês. O Vereador **Lucas Guilherme da Silva diz:** José, mais uma vez, parabéns pela sua coragem, empatia e disposição em ajudar o próximo. São valores que estão em falta em nossa sociedade, muitas vezes marcada pelo individualismo, pelo materialismo e pela correria do dia a dia, que não permite às pessoas refletirem sobre a importância de ajudar umas às outras. Você, aproveitando seu conhecimento como caçador, demonstrou a relevância dessa experiência em benefício da comunidade. É importante esclarecer à população que Zé Claro é caçador de javali licenciado pelo IBAMA, com autorização para a prática. O javali, por ser uma espécie exótica, não originária do Brasil, causa grandes prejuízos ao meio ambiente, destruindo nascentes e plantações. Por isso, a caça é autorizada e representa um serviço de utilidade pública. Zé Claro é um dos poucos em Cabo Verde que exerce essa atividade, e, com isso, presta um serviço de relevância para o município. Inclusive, houve um projeto de lei, que sugeri ao vereador Vanderlei na época, que reconheceu a atividade de tiro esportivo e a caça como de utilidade pública. Assim, sua atuação se enquadra nesse reconhecimento. Aproveitando seus conhecimentos, você conseguiu localizar dona Ana, demonstrando que caçadores, em diversas situações, já colaboraram com autoridades. Recordar-se, por exemplo, do caso de Lázaro, em Goiás, que foi localizado e morto pela polícia com o auxílio de caçadores. Portanto, Zé, muito obrigado pelo seu desempenho e pela sua coragem. O mínimo que podemos fazer, como vereadores, é

prestar-lhe esta homenagem. Em seguida, passa-se a fase do **EXPEDIENTE**, e solicita a Assessora Legislativa Sra. Auricélia, que proceda a leitura das correspondências constantes no expediente, as quais ficarão arquivadas nas dependências da Secretaria da Câmara. Na sequência, passa-se ao **USO DA TRIBUNA LIVRE POR MUNICÍPES**: Não há inscritos. Em seguida a Sra. Presidente consulta o Vereador Segundo - Secretário, Sr. Marcos Alexandre da Silva, se há inscritos para utilização da palavra livre. Este informa, que estão inscritos para utilização da palavra livre os(a) Vereadores(a): Lucas Guilherme da Silva e Vereadora Liamara Pereira Castello Branco. De uso da palavra livre o Vereador **Lucas Guilherme da Silva diz**: Excelentíssima senhora presidente da Câmara Municipal de Cabo Verde, nobres colegas vereadores, caros cidadãos que acompanham nossa reunião presencialmente nesta Casa e também pelas redes sociais. Cumprimento de forma especial a professora Magda, que foi minha professora de matemática. O primeiro assunto é delicado. A Prefeitura Municipal havia rescindido o contrato de uma funcionária da creche do distrito de São Bartolomeu de Minas, por suspeita de agressões ou maus-tratos, fato que está sendo apurado pela Polícia Civil por meio de inquérito em andamento. Ocorre que essa funcionária foi novamente contratada, desta vez para atuar na creche de Cabo Verde. Considero essa situação um absurdo. Estamos verificando as questões legais e deixo aqui uma mensagem aos pais: estou atento em relação a isso. Já procurei a Polícia Civil e pedi celeridade no trâmite do inquérito. A secretária de educação, a diretora da creche de São Bartolomeu, a funcionária e vários pais já foram ouvidos. Precisamos dessa apuração para termos certeza se houve ou não alguma conduta irregular. Os pais só ficarão tranquilos quando houver essa definição. Digo que precisamos dessa apuração pois meu filho também estuda na creche de Cabo Verde, por isso reforço a necessidade de atenção. Já conversei com a diretora da creche e pedi acompanhamento especial em relação a essa funcionária. Não se trata de perseguição, mas de necessidade de apuração. Assim, vamos requerer à Prefeitura que afaste a funcionária do cargo até a conclusão do inquérito policial. Em relação ao que foi lido pela Sra. Auricélia sobre a exclusão do cargo de contador do edital, esclareço que fizemos esse requerimento na reunião passada, pois não existia o cargo de contador municipal. A Prefeitura atendeu, retificou o edital e tomou a medida correta para evitar a anulação de todo o concurso. Na hora dos requerimentos, cobrarei da Prefeitura algumas respostas ainda pendentes. Entre elas, o resultado da sindicância instaurada por exigência do Ministério Público para apurar supostas irregularidades na Casa da Criança, envolvendo uma funcionária e o secretário de assistência social. O desfecho dessa sindicância não foi informado à Câmara, embora pelo tempo decorrido já devesse estar concluído. Outra situação: trago aqui o resultado do exame pericial da Polícia Civil sobre o caso da Escola Antônio Camilo Siqueira, referente ao suposto envenenamento da comida. O laudo foi inconclusivo, não sendo possível afirmar qual substância estava presente nem se houve tentativa de envenenamento. A Prefeitura havia informado que faria um exame pericial à parte, por outra entidade. Estamos pedindo também esse resultado, para saber se o exame foi realizado e qual foi sua conclusão. De uso da palavra a Vereadora **Liamara Pereira Castello Branco diz**: Boa noite a todos os presentes, aos colegas vereadores e aos cidadãos que nos acompanham pelas redes sociais. Na última reunião falei a

respeito do carnaval. A chefe de eventos, Mariana, esteve na Câmara na quinta-feira para prestar esclarecimentos sobre a realização do carnaval no Centro de Eventos e sobre os gastos previstos. Na ocasião, ao ser questionada pelo colega Lucas, informou que o prefeito não autorizaria gastos superiores a quinhentos e trinta mil reais. Também ficou definido que o carnaval seria realizado no Centro de Eventos. Entretanto, por alguns motivos, decidiu-se trazer o carnaval para o centro da cidade, considerando que o local inicialmente previsto não seria o mais adequado. Mariana havia mencionado que haveria um palco em 180 graus e um trio elétrico, mas isso não ocorreu em razão da mudança de local. Apurei os gastos efetivos do carnaval realizado na praça e apresento os valores: Show de sábado: R\$ 170.000,00; DJ de domingo: R\$ 10.000,00; Banda Romeu e Julieta: R\$ 25.000,00; Banda de segunda-feira: R\$ 110.000,00; Santa Fé Eventos e Sonorização Ltda.: R\$ 91.685,56; Locação de equipamentos – Cia de Rodeio Arnaldo Gomes Ltda.: R\$ 114.812,00; Apoio e segurança – Paula de Cássia Ferreira: R\$ 21.320,00; Brinquedos da matinê: R\$ 26.545,93; Locação de banheiros: R\$ 22.012,64; Areia para o Centro de Eventos: R\$ 12.269,40; O total foi de R\$ 601.645,53, valor superior ao estimado de R\$ 530.000,00 a R\$ 540.000,00 informado anteriormente. Gostaria de saber em qual item se enquadra o gasto com o trio elétrico e se, como não houve sua utilização, o valor foi deduzido do contrato. Ressalto que não sou contra a realização do carnaval ou de festas, eu até gosto de participar de eventos. Contudo, é necessário cuidado com os gastos públicos. Muitas vezes, quando reivindicamos recursos para a população, ouvimos que não há dinheiro disponível. Foi uma luta, por exemplo, para conseguir o sensor para os diabéticos, diante da alegação de que não haveria verba para custear o fornecimento durante todo o ano. Portanto, defendo que eventos podem e devem ser realizados, mas com responsabilidade nos gastos, de modo que os recursos economizados possam ser investidos em saúde e educação. O Vereador **Lucas Guilherme da Silva solicita um aparte e diz:** Considero um absurdo esse valor, mais de seiscentos mil reais, especialmente diante da situação do município, que não dispõe de cascalho e tem todas as estradas necessitando de manutenção. A senhora citou a questão do trio elétrico, e de fato precisamos ver se ele consta no edital. Se a Prefeitura pagou por esse item, exige nossa atenção para verificar se não há mais problemas relacionados a essa licitação. Como foi mencionado, muitas vezes se diz que não há dinheiro para diversas necessidades, mas há recursos para criar cargos e também para conceder benefícios. Está em tramitação nesta Casa um projeto de lei que prevê auxílio de oitocentos e cinquenta reais para algumas pessoas, iniciativa que considero importante. No entanto, fica evidente que a Prefeitura dispõe de recursos, mas não os direciona para projetos de interesse desta Câmara Legislativa. A Vereadora **Liamara diz:** Eu apurei esses valores, mas acredito que ainda irão aumentar, pois não estão incluídas as despesas com alimentação. Sei que foram servidos lanches e refeições para os profissionais que trabalharam durante todo o evento. Portanto, o total não deve ficar apenas nos seiscentos e um mil reais já mencionados. Na sequência, passa-se a **ORDEM DO DIA.** Consulta os Senhores(as) Vereadores(as) se estão de acordo com a suspensão da leitura da Ata de acordo com a Resolução 006/2013. Os Senhores(as) Vereadores(as) se manifestam favoráveis à suspensão da leitura da Ata da Reunião Ordinária, pois já

vieram até a Secretaria antes dessa Sessão e procederam a leitura da mesma, averiguando seus conteúdos. A Ata é aprovada pelos(as) Vereadores(as) presentes, sem emendas. A Sra. Presidente encaminha Projeto de Lei Complementar nº 242/2026 que, **CRIA TRÊS VAGAS DE ASSESSOR EXECUTIVO COMISSIONADO II, EXTINGUE O CARGO ASSESSOREXECUTIVO COMISSIONADO IV, NO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 086/2013 E TOMA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, Projeto de Lei nº 2.354/2026 que, **INSTITUI NO MUNICÍPIO DE CABO VERDE, ESTADO DE MINAS GERAIS, O PROJETO FRENTE DE TRABALHO E REINSERÇÃO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS** as Comissões de Legislação, Justiça e Redação e demais Comissões Permanentes para análise, discussão, elaboração de Parecer para votação em Plenários. Em seguida, passa-se a solicitação de envio dos Requerimentos pelos Senhores(a) Vereadores(a). A Sra. Presidente indaga se algum(a) Vereador(a) deseja comentar ou fazer algum requerimento verbalmente. De uso da palavra o Vereador **Lucas Guilherme da Silva requer o que segue: a)** Que, tendo em vista a necessidade dos Vereadores, enquanto representantes da sociedade, estarem informados sobre todos os setores, principalmente os serviços essenciais à população que geram inúmeras preocupações no caso de alguma deficiência, os quais os políticos tem o dever de auxiliar, principalmente com políticas públicas eficientes para mitigação de possíveis efeitos negativos na sociedade, bem como em busca de parcerias e verbas nas demais esferas políticas, seja encaminhado solicitação de informações à Seção de Emprego Operacional (SEO) do 29º Batalhão de Polícia Militar, para fins de subsidiar estudos sobre a segurança pública do nosso município, os seguintes questionamento em relação aos anos de 2022, 2023, 2024 e 2025: Quantidade de pessoas presas pelo crime de tráfico de drogas em cada ano; Quantidade de ocorrências de uso de drogas em cada ano; Quantidade de BOS de Abordagem a Indivíduos Suspeitos (A05.000) em cada ano; Quantidade de ocorrências de furto na Zona Urbana em cada ano; Quantidade de ocorrências de furto na Zona Rural em cada ano; Quantidade de ocorrências de lesão corporal em cada ano; Quantidade de ocorrências de roubo na Zona Urbana em cada ano; Quantidade de ocorrências de roubo na Zona Rural em cada ano; Quantidade de veículos apreendidos / removidos em cada ano; Quantidade de veículos apreendidos / removidos pela Patrulha Rural em cada ano; Quantidade de BOS de Abordagem a Indivíduos Suspeitos (A05.000) confeccionados pela Patrulha Rural em cada ano; Quantidade de material de furto/roubo recuperado em cada ano; Quantidade de material de furto/roubo recuperado pela Patrulha Rural em cada ano; Quantidade de autos de infrações de trânsito confeccionados em cada ano; Quantidade de autos de infrações de trânsito confeccionados pela Patrulha Rural em cada ano; Quantidade e modalidades de crimes violentos praticados em cada ano; Quantidade de Operações Batida Policial realizadas em cada ano; Quantidade de Operações Fiscalização de Trânsito realizadas em cada ano; Quantidade de Operações de Policiamento em Eventos (festas populares, festas religiosas e eventos esportivos) realizadas em cada ano; Quantidade de armas de fogo apreendidas em cada ano; Quantidade de armas de fogo apreendidas pela patrulha rural em cada ano; Quantidade de crimes em cada ano; Quantidade de autores de crimes presos em cada ano; Quantidade de contravenções penais em cada ano; Quantidade de autores de contravenções penais presos em cada ano; Quantidade de menores

apreendidos em cada ano; Quantidade de presos pela Patrulha Rural em cada ano. Requer ainda, ao mesmo destinatário, ou a quem o Comando do 29º BPM achar de direito, esclarecimentos sobre a seguinte situação hipotética: Se uma pessoa humilde, que não utiliza redes sociais, residente na Zona Rural em local de difícil acesso e localização, ligar no 190, tendo em vista que o atendente do 190 do COPOM não conhece a pessoa nem o local em que ela está, como que o atendente direcionará a viatura policial até o local? **b)** Que, tendo em vista eu vários cidadãos já tentaram ligar no número disponibilizado pela Prefeitura Municipal para manutenção da iluminação pública e não obtiveram êxito, que seja providenciado manutenção da iluminação pública nos seguintes pontos: próximo à Secretaria de Educação; na pracinha do bairro São Judas Tadeu; na esquina da rua Tiago Maior com a pracinha do bairro São Judas Tadeu. **c)** Que seja reiterado a solicitação à Prefeitura Municipal de vistas do inteiro teor da sindicância administrativa instaurada através da Portaria nº 075/2025 (Prefeitura Municipal), tendo em vista supostas irregularidades de funcionária da Casa da Criança Feliz e do Secretário de Assistência Social, conforme ofício nº 145/2025 enviado à Prefeitura pelo Ministério Público. Vale ressaltar que na reunião ordinária de 18/08/2025 este vereador já realizou tal pedido, contudo fora informado à Câmara Municipal que a sindicância estava em andamento. Mesmo com pedido explícito deste vereador para que, após o desfecho o resultado fosse informado à Câmara Municipal, não houve o retorno pelo Poder Executivo, motivo pelo qual o que está sendo solicitado é o inteiro teor da sindicância, todos os documentos e resultado. **d)** Que seja solicitado à Prefeitura Municipal resultado do Exame Pericial particular, promovido pela própria Prefeitura, no caso do suposto envenenamento de alimento ocorrido no ano de 2025 na Escola Mun. Antônio Camilo Siqueira. **e)** Que, tendo em vista que a funcionária que trabalhava na creche do Distrito de São Bartolomeu de Minas, Solange (sem maiores dados), teve seu contrato cancelado em virtude de acontecimentos naquela creche, já expostos e questionados por este Vereador, os quais foram objetos de ocorrências policiais e estão sendo apurados pela Polícia Civil em sede de Inquérito Policial; tendo em vista que a funcionária foi novamente contratada para trabalhar na creche de Cabo Verde e lá está trabalhando; tendo em vista que até o término da apuração não há como saber se a funcionária é culpada ou inocente; tendo em vista que as crianças da creche, podem estar correndo risco; tendo em vista que familiares estão temerosos com situação e querendo tirar as crianças da creche, seja informado com **URGÊNCIA** a este vereador sobre: O motivo que levou a Prefeitura romper o contrato com a funcionária na creche do Distrito de São Bartolomeu de Minas, com o envio, à Câmara Municipal, de toda documentação administrativa sobre o fato e sobre o desligamento da funcionária; O motivo da nova contratação da funcionária, mesmo com Inquérito Policial em andamento; A providências que a Prefeitura Municipal tomará em relação ao fato. **f)** Que, tendo em vista que a Prefeitura Municipal concederá transporte gratuito para os alunos que precisam se deslocar para Poços de Caldas, Guaxupé e Muzambinho (Instituto Federal) à noite, que, pelo princípio da isonomia, seja ofertado o transporte gratuito aos alunos que estudam no Instituto Federal em Muzambinho durante o dia. **g)** Que seja providenciado reparos urgentes no telhado da Creche Municipal, tendo em vista que, durante fiscalização no estabelecimento, este vereador deparou com

inúmeras goteiras, no espaço de convivência das crianças, com vários baldes espalhados para conter as águas que vinham do teto, colocando as crianças em risco de escorregamento e conseqüente queda. **h)** Por fim, solicito o cascalhamento das estradas do bairro Espírito Santo, especialmente no morro da casa do Ornan e no trecho que dá acesso à residência do senhor Guilherme Fileni. O transporte escolar não consegue chegar até lá devido às más condições da estrada. Diversos requerimentos já foram feitos por mim e por outros vereadores, mas até agora a Prefeitura apenas passa a máquina, sem colocar cascalho. É necessário que o serviço seja realizado adequadamente para garantir o acesso dos moradores e do transporte escolar. De uso da palavra o **Vereador João Paulo de Moraes requer o que segue:** **a)** No trecho do asfalto que vai em direção à Serra dos Lemes, na encruzilhada da Vargem Alegre, há muito lixo jogado no chão. Em uma ocasião em que passamos pelo local, havia até urubus ali. Solicito que a Prefeitura realize a coleta do lixo com maior frequência, de forma breve e regular, pois toda semana há acúmulo de resíduos naquele ponto da estrada. De uso da palavra a Vereadora **Liamara Pereira Castello Branco requer providências sobre o que segue:** Presidente, na semana passada apresentei requerimentos solicitando a colocação de cascalho nas estradas. Conversei com o responsável, o maquinista, na quinta-feira, quando ele estava no local, nos Anizes, próximo à casa da Suelen. Ele me enviou um áudio informando que a máquina estava lá, mas não poderia passar no morro da casa dela, pois, se passasse, a situação ficaria pior. Explicou que conseguiram apenas um pouco de cascalho de baixa qualidade para colocar no morro principal e, por isso, não seria possível passar a máquina em vários trechos. Segundo ele, passar a máquina sem cascalho adequado só pioraria as condições da estrada. Por isso, deixo aqui publicamente a explicação do maquinista. Próximo assunto, passo a relatar a situação das ruas de Cabo Verde. O morro da Rua São Paulo, próximo às casas do Ju, do Cláudio e do doutor Douglas, está em estado crítico. Não há mais condições de apenas tapar buracos, pois praticamente não resta asfalto. Outro ponto é o morro acima da rodoviária, que também está em péssimas condições. Há ainda trechos próximos ao Fernando Funileiro e ao Arena, igualmente deteriorados, sem possibilidade de reparo simples. Na Avenida, em frente à minha casa e à casa da Rita, na Rua José Agostinho Congio, a situação também é grave, com buracos dos dois lados da via. Se fosse tirar fotos, teria que registrar praticamente toda a cidade, pois os problemas são generalizados. Além disso, as ruas estão tomadas pelo mato, o que se deve às chuvas. Parece que temos dois cenários distintos: a avenida com flores e o restante da cidade com mato nas calçadas. Não se trata apenas de terrenos baldios, mas das próprias calçadas, como na rua da minha casa e em outros bairros. Sabemos que o secretário de obras, Romilton, aposentou, e que a Prefeitura está organizando a contratação de novos responsáveis. É necessário que alguém percorra a cidade, identifique os pontos mais críticos e providencie tanto o recapeamento do asfalto quanto a limpeza das ruas, seja por meio de roçagem ou aplicação de produto para eliminar o mato. O Vereador **Lucas Guilherme da Silva solicita um aparte e diz:** Todos puderam ver a situação da nossa cidade. Diversos requerimentos já foram apresentados nesta Casa, acompanhados de imagens, mostrando as condições das ruas. Mais uma vez, questiono: o que está acontecendo com o Poder Executivo Municipal?

O básico, o chamado “arroz com feijão”, não está sendo feito corretamente. A atenção tem sido direcionada, por exemplo, ao asfaltamento que vai para a Serra dos Lemes. É uma obra importante, sem dúvida, e o povo merece. Mas não se pode esquecer do essencial, do cotidiano, porque, sem isso, toda a população sofre. O Vereador **Luiz Carlos Ribeiro solicita um aparte e diz:** Em relação ao asfalto, acredito que, por estarmos no início do ano, ainda não houve licitação para aquisição de massa asfáltica. Como a senhora mencionou, há ruas em situação tão crítica que será necessário refazê-las completamente, pois não há mais condições de reparo simples. Trago também uma informação que talvez os vereadores ainda não saibam: houve licitação para contratação de calceteiro, destinada à execução de serviços de calçamento. O vencedor foi um profissional de Campestre, que viria hoje, mas, devido às chuvas tanto lá quanto aqui em Cabo Verde, o serviço não pôde ser iniciado, já que a execução fica comprometida em dias chuvosos. Assim que o tempo melhorar, o serviço será realizado, incluindo a colocação de bloquetes e a correção de pedras soltas e buracos existentes na cidade. Como foi dito, é preciso fazer o “arroz com feijão”, e esse trabalho básico será feito. De uso da palavra a **Vereadora Máisa Renata Batista Gianini requer o que segue:** Os requerimentos que eu iria expor já foram comentados pela vereadora Liamara, que inclusive apresentou fotos mostrando a situação. Concordo com ela: não há mais condições de realizar apenas o tapa-buracos, é necessário refazer as ruas. A questão da limpeza também tem sido motivo de muitas reclamações. É preciso organizar uma ação de limpeza geral, especialmente na Rua Vereador Antônio Firmino de Carvalho, que está tomada pelo mato. Como o vereador Luiz Carlos informou, já houve licitação para contratação de calceteiro. Gostaria que fosse dada atenção especial à descida do morro do Clovinho. Não sei se a solução será o asfaltamento ou a recolocação dos bloquetes pelo calceteiro, mas o fato é que o local está desgastado e não oferece condições seguras de passagem. Muitas pessoas já caíram ali, inclusive idosos, devido à falta de passeio adequado e de corrimão. Portanto, solicito atenção da Prefeitura para esse ponto crítico, a fim de garantir segurança e acessibilidade aos moradores. A Sra. Presidente consulta todos(as) Senhores(as) Vereadores(as), se estão de acordo com o envio dos Requerimentos aos seus destinatários. Todos(as) Vereadores(as) se manifestam favoráveis ao envio. A gravação desta Reunião fica salva em arquivo eletrônico em sua integralidade, caso haja alguma dúvida por parte de algum(a) Vereador(a) sobre sua fala, devendo o(a) Vereador(a) se manifestar em tempo hábil, para a devida correção, antes da aprovação desta Ata. Nada mais havendo para constar e tratar nessa sessão, agradece a presença de todos e deixa marcada a próxima para o dia 02 de março de 2026 as 19:00 horas. E eu Assessora Legislativa, lavro a presente Ata que, depois de submetida ao Plenário, se aprovada, vai por todos assinada.

---

**João Paulo de Moraes**

---

**José Maria Messias**

---

**Juscelino Tereza**

---

**Liamara Pereira Castello Branco**

---

**Lucas Guilherme da Silva**

---

**Luiz Carlos Ribeiro**

---

**Maísa Renata Batista Gianini**

---

**Marcos Alexandre da Silva**

---

**Pedro Sérgio Aparecido**

**OBSERVAÇÕES:** \_\_\_\_\_

---

**ESTE ESPAÇO EM BRANCO FICA INUTILIZADO.**